



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo n.º 08319418820208230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **CHIRLENE DA SILVA TORRES**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar **que a lesão apresentada seja em decorrência do acidente de trânsito.**

Constata-se, pela simples leitura dos documentos acostados aos autos, que os mesmos atestam que inexistente nexo causal entre o acidente e a suposta invalidez da vítima, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a estes documentos.

VERIFICA-SE QUE O BOLETIM ACOSTADO NO PROCESSO ENCONTRA-SE INCOMPLETO. VEJAMOS:

PMRR - CIPTUR RELATÓRIO DE OCORRÊNCIA POLICIAL SÉRIE I
Nº 812275

Vtr: 009 SUCp: CIPTUR Data: 01/06/2020 S/Setor: Oeste H/Trans: 06:40 Hini: 06:40 CH/h: 09:00 H/Fim: 09:00
Cód. Oc.: 1001/1003 Cód. Prov.: 1301013900 Cód. Ser.: P:rest. KmL: 52070 KmF: 52077

LOCAL DA OCORRÊNCIA: END: AV. NAZARE FIGUEIRAS Nº S/N Bairro: DR. SILVIO BOTELHO Ref.: ESC AMERICA BARMENTO

PESSOAS RELACIONADAS: PROPRIETARIA Nome: ELANE ARAUJO DA SILVA RG: 264956 SSP/RR CNH: 05'E' 26334 N: 731 Idade: XX E Civil: SOLTEIRA RG: 264956 SSP/RR CNH: 05'E' 26334 N: 731 Idade: XX E Civil: SOLTEIRA Profissão: XXXXX 991245917

VEICULO ENVOLVIDO: V1 YAMAHA/ NEO AT 115 DE COR PRETA DE PLACA NAQ-1873

RECEBI OS CONDUZIDOS E MATERIAIS ACIMA ANOTADOS: Não Houve conduzidos e materiais apreendidos

ASSINATURA: [Assinatura] CARGO: APC LOCAL: DPT

SENHOR (a) DELEGADO (a):

Accionados, via CIOPS, para o atendimento de ocorrência de acidente de trânsito no endereço acima citado, onde apenas se encontrava a motocicleta Yamaha neo de placa NAQ-1873 e que segundo os populares informaram que a condutora que estava grávida havia caído após ter passado por um buraco que tinha na via. Diante dos fatos deslocamos ao HGR para colhermos mais informações, porém a condutora somente informou que seu nome era Silene, pois apresentava sonolência e não conseguia mais informar nada. A motocicleta foi removida ao pátio do DETRAN e as medidas administrativas cabíveis foram feitas. Era o que tinha a reutilizar.

POLICIA MILITAR - RR
CPC-PS-PS
COMPRE COM ORIGINAL
DATA: 01/06/2020

NÃO HÁ SEQUER O NOME DA AUTORA NO DOCUMENTO ACIMA.

E O OUTRO REGISTRO DE OCORRÊNCIA APRESENTADO NÃO INFORMA A DINÂMICA DO SINISTRO E TAMBÉM NÃO CONSTA O NOME DA AUTORA, INFORMANDO APENAS SILENE COMO VITIMA, QUANDO NA VERDADE O NOME DA AUTORA DO PROCESSO EM TELA É CHIRLENE.

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 00016857/2020

DADOS DO REGISTRO
Data/Hora Início do Registro: 01/06/2020 09:44:59 Data/Hora Fim: 01/06/2020 09:44:59
Origem: Polícia Militar Nº do Documento: 812275-4 Data: 01/06/2020
Delegado de Polícia: Adalmir Almeida Sena Júnior

DADOS DA OCORRÊNCIA
Unidade de Apuração: Delegacia de Acidentes de Trânsito
Data/Hora do Fato: 01/06/2020 06:40
Local do Fato:
Município: Boa Vista (RR)
Bairro: Dr. Silvio Botelho
Logradouro: AV NAZARE FIGUEIRAS
Tipo do Local: Via Pública

Natureza	Meio(s) Empregado(s)
1095: AUTO LESÃO - ACIDENTE DE TRÂNSITO	Não Houve

Motivação:
Não definido

ENVOLVIDO(S)

Nome Civil: SILENE (VITIMA)
Nacionalidade: Brasileira
Profissão: Não informado

Nome Civil: ELANE ARAUJO DA SILVA (ENVOLVIDO (AUSENTE))
Nacionalidade: Brasileira Sexo: Feminino Nasc: 22/11/1996
Estado Civil: Sem Informação
Nome da Mãe: MARIA NILZA GOMES SOARES Nome do Pai: FRANCISCO BARBOSA DA SILVA

Documentos(s):
RG: 264956
CPF: 854.212.602-59

Endereço:
Município: Boa Vista - RR
Logradouro: RUA PIRARARA Nº: 731
Complemento: CASA
Bairro: PISCICULTURA CEP: 69.314-112
Telefone: (95) 99124-5917 (Celular)

Razão Social: POLICIA MILITAR DE RORAIMA (COMUNICANTE)
Ramo de Atuação: Órgão público Representante: Sd/PM Gmaque
Endereço:
Município: Boa Vista - RR

Impresso por: Gvarato da Silva Vieira
Data de Impressão: 05/06/2020 09:58:25
Página 1 de 2
PPE - Procedimentos Policiais Eletrônicos

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

Portanto, no que pese o laudo pericial atestar a existência de invalidez permanente, quantificando-a, o mesmo não se presta a comprovar cabalmente nexo de causalidade entre as lesões e um acidente automotor, eis que não foi apresentado registro de ocorrência indicando qualquer participação da parte autora no sinistro narrado.

Assim, resta claro que o documento policial apresentado aponta no sentido da ausência de correspondência entre o dano suportado e um sinistro de trânsito.

Diante do exposto, não tendo sido cabalmente comprovado o nexo de causalidade entre o suposto acidente automotor e a invalidez constatada, merece ser julgada totalmente improcedente a presente demanda nos termos do art. 487, I do CPC.

DA LESÃO NA MANDIBULA

Inicialmente, cumpre informar que a lesão informada pelo ilustre perito não se encontra devidamente enquadrada nos segmentos previstos na Tabela da Lei.

Segmento Anatômico	Marque aqui o percentual
1ª Lesão	
<u>fratura de mandíbula</u>	<input type="checkbox"/> 10% Residual <input type="checkbox"/> 25% Leve <input type="checkbox"/> 50% Média <input checked="" type="checkbox"/> 75% Intensa

Percebe-se, portanto, que a lesão, bem como a respectiva gradação devem ser enquadradas acertadamente, sob pena de haver enriquecimento ilícito por uma das partes que receberá além do valor previsto em lei, ou mesmo ser uma delas prejudicada com o pagamento por uma lesão menor que a de fato apresentada.

E ainda, não é crível que com os avanços da medicina, os tratamentos realizados na parte autora serviram para agravar uma possível lesão decorrente do acidente sofrido e não oportunizaram uma melhora.

É certo que o julgador não está adstrito à conclusão contida no laudo pericial, mas a simples leitura do mesmo demonstra que a r. Perito não buscou comprovar um suposto agravamento de eventual lesão, somente limitando-se a responder os quesitos apresentados de maneira simplista e sem qualquer fundamentação.

Pelo exposto, a parte ré impugna o laudo pericial produzido, requerendo que seja afastada a conclusão pericial, devendo ser levado em consideração o conjunto fático-probatório dos autos, sobretudo os documentos médicos acostados na exordial, que demonstram a ausência de agravamento de eventual lesão sofrida à época do acidente capaz de gerar indenização, sendo os pedidos autorais julgados improcedentes.

DA PERDA DE DENTE

Informa a Seguradora Ré que a lesão apurada pelo ilustre expert não esta enquadrada na tabela prevista em lei, pois trata-se de dano meramente estético.

2ª Lesão	
<u>perda de dentes</u>	<input type="checkbox"/> 10% Residual <input checked="" type="checkbox"/> 25% Leve

Dados Captação Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (70%)	Média (30%)	Leve (20%)	Residual (10%)
Pêda anatômica ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 12.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.750,00
Pêda anatômica ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores					
Pêda anatômica ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Pêda completa da visão em ambos os olhos (sequela bilateral) ou sequela legal bilateral					
Lesões neurológicas que causem com: (a) dano cognitivo-comportamental acentuado; (b) impedimento de senso de orientação espacial ou de livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autônoma					
Lesões de órgãos e substituição cirúrgica: fígado, coração, pulmões, abdômen, pâncreas ou sistema urinário com sequelas funcionais não compensáveis de ordem autônoma, respiratória, cardíaca, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.887,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Pêda anatômica ou funcional completa de um dos membros superiores ou de um dos membros inferiores					
Pêda anatômica ou funcional completa de um dos membros superiores ou de um dos membros inferiores					
Pêda anatômica ou funcional completa de um dos membros superiores ou de um dos membros inferiores	R\$ 6.750,00	R\$ 5.662,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Pêda anatômica total bilateral (parcial completa) ou da função (parcial completa) ou da visão de um olho					
Pêda completa da mobilidade de um dos membros superiores, inferiores ou do membro superior e inferior	R\$ 3.375,00	R\$ 2.812,50	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Pêda completa da mobilidade de um dos membros superiores, inferiores ou do membro superior e inferior					
Pêda completa da mobilidade de um dos membros superiores, inferiores ou do membro superior e inferior					
Pêda anatômica ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	R\$ 1.350,00	R\$ 1.125,00	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Pêda anatômica ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Pêda integral (parcial completa) do braço					

Deste modo, resta claro que não há sequela a ser indenizada.

Assim, vem a Ré requer que os pedidos autorais sejam julgados improcedentes pelas razões acima expostas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 5 de maio de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR

